



Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

REQUERIMENTO Nº

1153/2020

Requer a transcrição, para os anais desta Casa Legislativa Municipal, da matéria "Por que a Alemanha proibiu o ensino domiciliar?", publicada no sítio eletrônico Sempre Família (<https://www.semrefamilia.com.br/>) edição de 07/02/2020.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,

O Vereador Jorge Pinheiro, *in fine* assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, e após ouvido o Plenário, requer a transcrição para os anais da Câmara Municipal de Fortaleza, conforme o art. 156, VII do Regimento Interno, da matéria "Por que a Alemanha proibiu o ensino domiciliar?", publicada no sítio eletrônico Sempre Família (<https://www.semrefamilia.com.br/>) edição de 07/02/2020.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, em

04 de MARÇO de

2020.


JORGE PINHEIRO – DC

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

04 MAR 2020

15 n 45 min

KLOA
Servidor (a)

Blog da Vida



| Homeschooling

Por que a Alemanha proibiu o ensino domiciliar?

A lei que impede o homeschooling no país tem relação direta com as ideias peculiares de um famoso personagem histórico

Por Jonatas Dias Lima [07/02/2020] [08:10]



Ouça este conteúdo

Quando leigos no assunto notam o nome de uma potência como a Alemanha entre as nações que proibem o homeschooling, é comum arriscarem conclusões

em Sempre Família

Usar calçado para "corrigir" pisada pode trazer mais prejuízos do que benefícios



Igreja nos EUA quita dívidas médicas de cerca de 45 mil famílias



Plástico bolha e chás milagrosos: as fake news mais compartilhadas do coronavírus



Pais tóxicos: 6 comportamentos que prejudicam seu filho



entre os países que proíbem o homeschooling, é comum arriscarem conclusões precipitadas. Teria relação com a suposta falta de socialização da modalidade? Seria embasada em estudos empíricos sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa? Nada disso. O motivo pelo qual o ensino domiciliar é proibido na Alemanha tem nome e sobrenome bem conhecidos: Adolf Hitler.

A lei que embasa o impedimento da modalidade é de 1938 e foi sancionada pelo próprio *Führer*. Trata-se do mesmo texto que criou o Ministério da Educação do novo governo nazista. A medida era coerente com a obsessão de Hitler por controlar cada aspecto da vida de seu povo, inclusive as crianças alemãs. Ele próprio justificou a necessidade de tirar dos pais o direito de educar os filhos com assustadora sinceridade em seu famoso livro *Mein Kampf* (Minha Luta). Ao que parece, naquela época não havia a preocupação – hoje tão comum – de camuflar intenções totalitárias.

São palavras de Adolf Hitler:

Publicidade

“O que não tem sido feito em outros setores deve ser empreendido pelo Estado. A raça deve ser vista como ponto central da atuação do estado da vida geral da nação. Deve ser conservada pura. A infância deve ser vista como a mais preciosa propriedade da pátria”.

E ainda:

“A juventude de hoje é o povo de amanhã. Por essa razão, colocamos diante de nós a tarefa de inocular em nossa juventude o espírito dessa comunidade do povo em tenríssima idade, numa idade em que os seres humanos ainda não foram pervertidos e, portanto, não-estragados. Este Reich permanece, e se constrói rumo ao futuro, sobre a sua juventude. E este novo Reich não entregará sua juventude a ninguém, mas levará ele mesmo a sua juventude e lhe dará sua própria educação e sua formação”.



Desde o fim do nazismo, muitos aspectos da legislação alemã foram modernizados, mas não é o caso da liberdade educacional. Em 2006, aliás, segundo o jornal britânico *The Guardian*, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) enviou um delegado especial para avaliar o sistema educacional da Alemanha. Em seu relatório, constava a necessidade de retomar o direito dos pais de educarem seus filhos em casa, sempre que necessário e apropriado.

Como a situação não mudou, até hoje as famílias alemãs que querem adotar o ensino domiciliar como modalidade de ensino são praticamente obrigadas a deixar seu país. A maioria vai para as nações vizinhas, como Suíça, França e Reino Unido, onde não há o fantasma de uma lei ditatorial com 80 anos que as impede de educar os filhos em paz.

Publicidade

Portanto, proibir o homeschooling é, historicamente, coisa de nazista.

Nr. 105 — Tag der Ausgabe: 7. Juli 1938

799

Gesetz über die Schulpflicht im Deutschen Reich (Reichsschulpflichtgesetz).

Rom 6. Juli 1938.

Die Reichsregierung hat das folgende Gesetz beschloffen, das hiermit verkündet wird:

Abchnitt I
Grundsätzliches

§ 1

Allgemeine Schulpflicht

(1) Im Deutschen Reich besteht allgemeine Schulpflicht. Sie ist die Erziehung und Unterweisung der deutschen Jugend im Geiste des Nationalsozialismus. Ihr sind alle Kinder und Jugendlichen deutscher Staatsangehörigkeit unterworfen, die im Inlande ihren Wohnsitz oder gewöhnlichen Aufenthalt haben.

(2) Die Schulpflicht ist durch Besuch einer reichsdeutschen Schule zu erfüllen. Über Ausnahmen entscheidet die Schulaufsichtsbehörde.

Abchnitt II

Vollschulpflicht

§ 2

Beginn der Vollschulpflicht

(1) Für alle Kinder, die bis zum 30. Juni das 6. Lebensjahr vollenden, beginnt mit dem Anfang des Schuljahres die Pflicht zum Besuch der Volksschule.

(2) Kinder, die in der Zeit vom 1. Juli bis 30. September das 6. Lebensjahr vollenden, können auf Antrag der Erziehungsberechtigten zu Anfang des Schuljahres in die Schule aufgenommen werden, wenn sie die für den Schulbesuch erforderliche geistige und körperliche Reife besitzen.

(3) Vorzeitig aufgenommene Kinder werden mit der Aufnahme vollschulpflichtig.

§ 3

Dauer der Vollschulpflicht

(1) Die Vollschulpflicht dauert acht Jahre.

(2) Für Kinder, die bis zu diesem Zeitpunkt das Ziel der Volksschule noch nicht erreicht haben, kann die Schulpflicht bis zur Dauer eines Jahres verlängert werden.

§ 4

Erfüllung der Vollschulpflicht

(1) Zum Besuch der Volksschule sind alle Kinder verpflichtet, soweit nicht für ihre Erziehung und Unterweisung in anderes Volk ausreichend gesorgt ist.

(2) Während der vier ersten Jahrgänge der Volksschule darf anderweitiger Unterricht an Stelle des Besuchs der Volksschule nur ausnahmsweise in besonderen Fällen gestattet werden. Der Übergang zu einer mittleren oder höheren Schule richtet sich nach den hierfür erlassenen besonderen Bestimmungen.

§ 5

Schulpflicht

geistig und körperlich behinderter Kinder

(1) Für Kinder, die wegen geistiger Schwäche oder wegen körperlicher Mängel dem allgemeinen Bildungsweg der Volksschule nicht oder nicht mit genügendem Erfolge zu folgen vermögen, besteht die Pflicht zum Besuch der für sie geeigneten Sonderschulen oder des für sie geeigneten Sonderunterrichts (Vollschulen, Schulen für Krüppel, Blinde, Taubblinde u. d.).

(2) Darüber, ob diese Verpflichtung im einzelnen Falle besteht, und darüber, welche Sonderschule diese Kinder zu besuchen oder an welchem Sonderunterricht sie teilzunehmen haben, entscheidet die Schulaufsichts-